



ESPIRITO SANTO

SINDIVIGILANTES VAI ÀS RUAS EM GUAÇUÍ MANIFESTAR REPÚDIO A AÇÕES DA PREFEITURA



O Sindivigilantes está sempre atento aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e nesta terça-feira (06) foi às ruas da cidade de Guaçuí para manifestar repúdio contra ação do prefeito que autorizou pessoas despreparadas para realizarem a segurança privada nas escolas do município.

A manifestação foi pacífica e o sindicato informa aos vigilantes que a atitude da prefeitura foi contra a Lei 7.102/83 e Portaria 18.045/23 da Polícia Federal que disciplinam sobre a Segurança Privada. Com isso, desrespeitando as leis, a administração de Guaçuí colocou ‘profissionais’ com apenas três dias de curso

para fazerem a segurança do ambiente escolar.

Participaram do ato, além do sindicato e sua diretoria, trabalhadores e também o Sindseg, entidade que está ombreada com o Sindivigilantes.

A manifestação contou com aproximadamente cem participantes e durou mais de uma hora. Logo após o ato nas ruas da cidade, o sindicato protocolou todo o ato de descumprimentos legais por parte da prefeitura, onde enfatizou as irregularidades cometidas pela administração.

“Também protocolamos as denúncias pertinentes aos órgãos Federais e Estadual para que se tomem as devidas decisões para por fim ao ato ilegal que vem acontecendo em Guaçuí”, explica o presidente do sindicato, Edimar de Oliveira Campos.

Edimar diz, ainda que o sindicato não vai se intimidar e estará ainda mais vigilante a todo e qualquer desrespeito que prejudique os trabalhadores.

“Que esse manifesto sirva de exemplo para outros municípios, nós não estamos sozinhos nesta luta”, finaliza Edimar.

FONTE: SINDVIGILANTES ES

Sindsegur participa de ato público contra fechamento de agência do INSS na Zona Norte de Natal



Na manhã desta terça-feira, 06 de junho, representantes do Sindsegur participaram de um ato público junto com diversos sindicatos contra o fechamento da agência da Previdência Social da Zona Norte de Natal.

O Sindsegur lamenta que um órgão federal da dimensão do INSS feche postos de trabalho, aumentando o índice de desemprego no Brasil. Essa política de ajuste de despesas só prejudica a classe trabalhadora.

Portanto, nosso total e irrestrito apoio aos companheiros do Sindprevs/RN, aos moradores da Zona Norte e demais regiões afetadas por essa medida desastrosa. Estamos unidos para defender os trabalhadores, as políticas públicas e que a população não seja ainda mais prejudicada através do fechamento desta agência do INSS.

É preciso estar atento e forte para combater toda forma e exploração contra o trabalhador.

Confira a carta a aberta a população contra o fechamento da Agência Natal Norte:

Após os últimos acontecimentos noticiados pela imprensa local, relacionados ao FECHAMENTO DA AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NATAL NORTE, a única que atende ao maior contingente populacional da capital e ainda à população de cidades vizinhas, da enorme repercussão dos fatos e dos debates gerados a partir dele, decidimos unir esforços e convidar o povo potiguar para tomar conhecimento da real situação vivida e sofrida pelo conjunto da classe trabalhadora usuária da Previdência Social e de servidoras e servidores que trabalham na instituição.

O INSS hoje tem mais de 7 MILHÕES de pessoas aguardando a análise dos seus benefícios!

Em contrapartida, o número de funcionários do órgão despencou de 43 mil para algo em torno de 18 mil, com equipamentos obsoletos e salários congelados há sete anos.

Some-se a isso o constante corte de verbas e as precárias e insalubres condições nos locais de trabalho.

A política de desmonte do INSS implementado pelo último governo, com o propósito de acabar com a Previdência Social, ao que parece, ainda não foi combatida pelo atual governo.

Seguem nos altos postos de comando e nos órgãos de direção os mesmos nomeados pelo governo que pretendia retirar todos os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

O INSS, no âmbito da gerência executiva de Natal, sofre pressão para o fechamento de pelo menos 05 agências.

A agência localizada no bairro de Nazaré está sendo preparada para funcionar apenas como local de realização de perícias médicas, já que foi criado, no governo passado, um órgão separado, chamado PMF (Perícia Médica Federal), que está fora do INSS, fazendo com isso que TODAS as pessoas que venham a precisar de um benefício por incapacidade ou por deficiência tenham que recorrer somente a esse local para realizarem suas perícias.

A Agência Natal Norte não pode ser transferida para a Central do Cidadão por razões fáceis de se entender.

1- Não foi apresentado um estudo de viabilidade a ser discutido com servidores, usuários e representantes da categoria;

2- Ao instalar uma agência da previdência social na Central do Cidadão, isso impossibilita a realização de perícias médicas no local, pela legislação própria sobre espaço para perícia;

3- Embora o número de servidores hoje esteja reduzido mas sabemos da necessidade de Concurso Público para reposição da força de trabalho, e não haverá espaço para novos servidores na Central do Cidadão;

4- A União possui inúmeros imóveis abandonados ou fechados que podem ser utilizados para reforma ou negociação no caso de relocação de agências;

5- As decisões que deliberaram tal mudança não levaram em consideração o deslocamento das pessoas, a acessibilidade, o público atendido pelo INSS que é, em sua grande maioria, de pessoas gestantes, lactantes, idosas, deficientes, doentes, convalescentes, cirurgiadas etc. Colocar todas essas pessoas aglomeradas no mesmo local onde outras irão para pagar um boleto, retirar um documento ou renovar uma habilitação é de uma crueldade ímpar.

6- Essa decisão não leva em consideração a prevalência do interesse público sobre o privado, inclusive ao não estabelecer tratativas que envolvessem as pessoas que trabalham na agência e as que a buscam, entidades da sociedade civil e demais órgãos públicos que poderiam dar soluções menos drásticas;

7- E por fim mas não menos importante, é preciso entendermos que não é apenas uma mudança de local. Essa política visa o fechamento das agências e o aumento do sofrimento da classe trabalhadora. Hoje transferem uma agência de local e ninguém se manifesta, amanhã fecham as agências e como não dissemos nada antes, agora será tarde para dizer algo.

Por isso e pela certeza de que precisamos defender a manutenção da Previdência Social, pública e gratuita, é que não permitiremos essa mudança e nem o fechamento das agências!
Só a luta muda a vida!

Entidades que assinam a carta:

Cut

Sindprevs RN

MLB RN

Unidade Popular RN

MRS – Movimento Revolucionário Socialista

SINAI

INTERSINDICAL

Sindicato dos bancários do RN

movimento de mulheres Olga Benario

Sindforte/RN

SINDSEGUR – RN

FONTE: sindsegur

Sindicato svnit recebe denúncia que o Plaza Shopping de Niterói está trocando Vigilantes por porteiros



Chegou ao conhecimento da direção do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões, que administração do plaza shopping está reduzindo o efetivo de vigilantes e colocando porteiros de terno que estão em sintonia de frequência com da segurança do Shopping e com isso fazendo segurança velada.

Os clientes que adentram ao shopping tem a sensação de segurança, mais na nossa avaliação o que está acontecendo é desvio de função.

O mais interessante é que a empresa contratada para prestar o serviço de portaria é do grupo da graber empresa que presta serviço de segurança pro Shopping, com isso reduzem o efetivo de vigilantes mais o lucro do grupo continua.

A direção do sindicato já tinha solicitado uma reunião com administração do shopping para tratar de outro assunto também serio, mais até a presente data não fomos atendidos.

Portanto em virtude da denúncia apresentada por clientes e confirmada pela direção do Sindicato estamos reiterando a solicitação de reunião, vamos aguardar até terça feira dia 13/06/23, se a direção do sindicato não for atendida, vamos encaminhar denúncia para a polícia federal, mpt e mte além de realizarmos manifestações enfrente ao Shopping denunciando essa irregularidade além de entregarmos aos clientes e lojistas uma carta aberta questionando a atitude do plaza shopping, pois no shopping não cabe a função de portaria mais sim de segurança, e com essa atitude o shopping fragiliza a segurança dos lojistas e clientes.

Não vamos aceitar o desvio de função de função e a exploração da mão de obra.

Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões.

Sindicatos querem que bens de sócios da Americanas sejam usados para indenizar trabalhadores

Grupo tem negócios em mais de 3,6 mil lojas pelo país e emprega diretamente cerca de 40 mil funcionários nas Americanas



Americanas têm mais de 1.700 lojas no país e cerca de 18 mil funcionários - Divulgação

Em meio ao desenrolar da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Americanas na Câmara dos Deputados, centrais sindicais estão pleiteando na Justiça a desconsideração da personalidade jurídica da empresa. Esse tipo de pedido busca garantir que os bens pessoais dos sócios possam ser utilizados para pagar custas trabalhistas caso a companhia enfrente adiante um processo de falência total e não consiga cobrir essas despesas com o patrimônio vinculado ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O grupo signatário da ação civil pública que fez o pedido reúne oito entidades. São elas: Central Única dos Trabalhadores (CUT), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Força Sindical, Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT (Contracs /CUT), Confederação Nacional dos

Trabalhadores no Comércio (CNTC) e Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

Desde o mês passado a empresa está sob o foco da CPI, que apura suspeita de fraude por conta de uma inconsistência contábil de mais de R\$ 20 bilhões, que veio à tona em janeiro deste ano. “E isso sem considerar o passivo trabalhista que a empresa já tem na Justiça. A gente tem um levantamento que aponta para algo em torno de R\$ 1 bilhão. Lógico que, como é um processo judicial, não tem como dizer que eles devem R\$ 1 bilhão. Vai depender dos processos, mas nossa intenção é resguardar principalmente os direitos dos trabalhadores”, disse ao Brasil de Fato o presidente da Contracs, Julimar Roberto.

O desgaste das Americanas na Justiça do Trabalho envolve cerca de 17 mil ações que miram o grupo, segundo dados da entidade sindical. A companhia tem 44 mil empregados diretos, mas atinge um contingente de 100 mil

pessoas quando se incluem os trabalhadores indiretos, de acordo com cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Julimar Roberto teme que os funcionários sejam penalizados ao final do processo, em caso de insolvência absoluta da empresa. Por essa razão, as centrais também pediram à Justiça o bloqueio de bens no valor de R\$ 1,53 bilhão até que haja uma decisão definitiva no âmbito da ação.

“Nós entendemos que, nesse caso específico, eles devem ser responsabilizados com os seus bens pessoais. Tem um rombo de R\$ 40 bilhões. A empresa vale R\$ 12 bilhões, R\$ 13 bilhões, R\$ 15 bilhões, então, obviamente, não tem capital no CNPJ pra cobrir esse rombo. Nossa preocupação é que os trabalhadores fiquem sem receber os seus direitos”, reforça.

A ação foi ajuizada junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10ª Região) e já viveu diferentes passos nos últimos meses. Um pedido cautelar foi inicialmente negado pelo TRT. Na sequência, as entidades recorreram por meio de um mandado de segurança, mas novamente não tiveram êxito na Justiça. Já o Ministério Público do Trabalho (MPT) deu parecer favorável à companhia, argumentando não haver provas que caracterizassem a falência jurídica da empresa nem, portanto, o bloqueio dos bens. O processo aguarda julgamento final.

CPI

A Contracs diz defender a realização da CPI, na qual Julimar Roberto foi chamado para depor na terça-feira (6). Na ocasião, ele destacou que a entidade soube da inconsistência contábil das Americanas assim como ocorreu com o mundo político, por meio da imprensa. “Ficamos muito preocupados diante de uma quantia tão vultosa. Com certeza não poderia ser um simples erro contábil. Ninguém perde R\$ 20 bilhões. Diante da quantia tão alta e também [do fato] de que a empresa é auditada por uma empresa de auditoria de renome internacional, isso jamais poderia ter acontecido, ao nosso ver, se não fosse de forma fraudulenta, por [haver] uma maquiagem nas contas da empresa”, disse aos deputados.



Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT, Julimar Roberto / Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

O dirigente também comentou o pedido que as centrais têm feito à Justiça para que haja a desconsideração da personalidade jurídica da companhia. “Nós não queremos que a empresa feche. Muito pelo contrário, queremos que se recupere. Mas não pensem que isso nos tranquiliza, porque as experiências que temos de recuperação judicial no comércio não são boas. Podemos citar o exemplo da rede Ricardo Eletro. No começo, [o empregador] começa ali seguindo [as regras], paga, daqui a pouco não paga, depois não paga o aluguel da loja ou o dono do espaço pede o despejo [do locatário]”, enumerou o presidente da Contracs.

Juliano Roberto disse ainda que até o momento a empresa tem cumprido os prazos e pagamentos previstos em acordo que vem sendo acompanhado pelo MPT. “Não temos denúncias dos sindicatos de que a empresa não tenha indo homologar e que não esteja cumprindo as suas obrigações de direitos primordiais. Eles têm cumprido, tem sido pago e não tem acontecido demissão em massa, apenas demissões pontuais até o presente momento”, comentou.

Edição: Thalita Pires
Fonte: BRASIL DE FATO

Supremo mantém determinação para instalação de câmeras em policiais e viaturas do RJ

Para ministro Edson Fachin, o Estado do RJ tem 30 dias para adotar medidas para compartilhamento de informações e arquivos digitais das operações policiais com MP, Defensoria e famílias de vítimas

Foto: reprodução/ STF



O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve determinação de instalação de câmeras nas fardas e equipamentos de geolocalização (GPS) de policiais do Rio de Janeiro, além de gravação em áudio e vídeo em viaturas policiais do estado, mesmo para equipes da polícia especializada como Bope e Core. O ministro rejeitou argumentos apresentados pelo Estado do Rio de Janeiro na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, contrário à medida, por meio de agravo regimental.

O Estado do RJ havia argumentado em audiência conciliatória realizada no âmbito do Centro de Soluções Alternativas de Litígios (Cesal) do STF que a instalação dos equipamentos atrapalhava a execução de ações de inteligência e poderia colocar em risco a vida de agentes de segurança e de moradores das comunidades. No entanto, o ministro observou que a ordem deve ser cumprida “por todas (sem exceção alguma) as unidades policiais do Estado do Rio de Janeiro (com prioridade para que realizem operações em favelas)”.

Fachin explicou que a ordem de instalação das câmeras consta expressamente em acórdão referente ao julgamento dos embargos de declaração na medida cautelar na ADPF 635. O Tribunal havia determinado ao Estado do Rio de Janeiro instalar equipamentos de GPS e sistemas de gravação de áudio e vídeo nas viaturas policiais e nas fardas dos agentes de segurança, com o posterior armazenamento digital dos respectivos arquivos, no prazo de 180 dias.

O ministro observou, no entanto, que para o exercício das atividades de inteligência há soluções técnicas que permitam o cumprimento da lei que determina o uso das câmeras, mesmo em operações que exigem o elemento surpresa. Para os casos assim, o relator fixou o prazo de 30 dias para que o Estado regulamente as atividades de inteligência que, “em seu entender, à luz da melhor evidência científica, sejam incompatíveis com a utilização das câmeras corporais”.

Acesso a arquivos digitais

O ministro Edson Fachin determinou ainda que o Estado do RJ adote em 30 dias, a contar da publicação de sua decisão, medidas de transparência necessárias para o compartilhamento de informações e arquivos digitais com o Ministério Público, com a Defensoria Pública, bem como às vítimas e familiares sempre que for utilizada a força policial.

Por fim, o relator determinou a adoção de medidas de transparência ativa, de forma que o Estado do Rio de Janeiro mantenha em sua página na internet as medidas tomadas para o cumprimento das deliberações colegiadas do STF, “assim como os documentos e demais atos administrativos que digam respeito ao objeto desta arguição”.

Com informações do STF

FONTE: BRASIL DE FATO



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF